CADERNOS MACAMBIRA

ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n.3, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11i3.2239.
Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA)

RELATO DE EXPERIÊNCIA / EXPERIENCE REPORT

ENTRE ACOLHIMENTO E APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO SUJEITO: O PAPEL DO AEE DA ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUE TALONE PINHEIRO, NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

BETWEEN WELCOMING AND LEARNING IN THE HOLISTIC DEVELOPMENT OF THE INDIVIDUAL: THE ROLE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT (AEE) AT HENRIQUE TALONE PINHEIRO MUNICIPAL SCHOOL IN THE CONSTRUCTION OF INCLUSIVE PRACTICES

Kátia Cilene Siqueira da Silva Leite[1]*, Kênia Paulino de Queiroz Souza[2]

[1] PROED/PPGES/UNIRG/TO/RIEC-UNITINS - Mestranda em Educação Social. *Autora para correspondência: katia.leite@unirg.edu.br.
[2]RIEC-UNITINS/PROED/PPGES-UNIRG/BOLSISTA PRODUTIVIDADE UNITINS - Doutora em Educação na Amazônia – Docente do Mestrado em Educação Social-PPGES.

Recebido: 22/03/2026 - **Revisado**: 09/06/2026 - **Aceito**: 27/06/2026 - **Publicado**: 30/07/2026

RESUMO: A educação inclusiva, na perspectiva da formação integral do sujeito, exige práticas reflexivas e colaborativas para superar contextos ainda marcados pela exclusão. Este relato objetiva refletir sobre as práticas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua contribuição para a inclusão escolar. A experiência ocorreu em duas visitas técnicas realizadas em 2026 à Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, instituição que atende estudantes do ensino fundamental, incluindo alunos da Educação Especial. Observou-se estrutura adequada, com Salas de Recursos Multifuncionais equipadas, além de práticas pedagógicas acessíveis e articuladas ao ensino regular, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes. Destacaram-se avanços significativos no processo de aprendizagem, fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e equipe escolar, bem como maior participação das famílias no acompanhamento educacional. Esses elementos contribuíram para resultados positivos, como o desenvolvimento da comunicação e interação de estudantes com necessidades específicas. Contudo, permanecem desafios relacionados à ampliação do suporte multiprofissional e ao fortalecimento contínuo das ações do AEE. Conclui-se que o AEE constitui espaço essencial para promover inclusão, aprendizagem e desenvolvimento social dos estudantes.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Práticas pedagógicas. Diversidade.

ABSTRACT: Inclusive education, from the perspective of the holistic development of the individual, requires reflective and collaborative practices to overcome contexts still marked by exclusion. This report aims to reflect on the practices developed within Specialized Educational Support (AEE) and its contribution to school inclusion. The experience took place during two technical visits carried out in 2026 at Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, an institution that serves elementary school students, including those in Special Education. An adequate structure was observed, with well-equipped Multifunctional Resource Rooms, as well as accessible pedagogical practices articulated with regular education, fostering student development. Significant advances were highlighted in the

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

learning process, strengthening of collaborative work among teachers and the school team, as well as greater family participation in educational follow-up. These elements contributed to positive outcomes, such as the development of communication and interaction among students with specific needs. However, challenges remain regarding the expansion of multidisciplinary support and the continuous strengthening of AEE actions. It is concluded that AEE constitutes an essential space for promoting inclusion, learning, and students' social development.

Keywords: Education. Incluse. Specialized Educational Support (AEE). Special education. Pedagogical practices. Diversity.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, enquanto princípio ético, político e pedagógico na formação integral do sujeito, tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a garantia do direito à educação de todos, especialmente daqueles que historicamente foram excluídos dos espaços escolares.

Nesse contexto, a acessibilidade ultrapassa a dimensão física, envolvendo também aspectos pedagógicos, comunicacionais e atitudinais, essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente democrática. Compreender como esses elementos se articulam no cotidiano escolar torna-se indispensável para o fortalecimento de práticas educativas que reconheçam e valorizem a diversidade humana e possibilite uma educação que seja inclusiva e transformadora.

A educação inclusiva exige uma mudança de perspectiva no fazer pedagógico, uma vez que, conforme destaca Mantoan (2003, p.16), "a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na aprendizagem".

A presente experiência justifica-se pela necessidade de refletir sobre as práticas de inclusão no ambiente escolar, considerando os desafios enfrentados pelas instituições no atendimento aos estudantes públicos da Educação Especial. Apesar dos avanços nas políticas públicas e na ampliação do acesso à escola, ainda persistem obstáculos relacionados à efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, à formação docente, às condições estruturais e ao apoio multiprofissional. Nesse sentido, investigar experiências concretas que buscam

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

superar tais desafios contribui para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento das ações educativas.

O problema que motivou este relato está relacionado à seguinte questão: de que maneira o Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, articulado ao ensino regular, pode contribuir para a superação de barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes públicos da Educação Especial?

Diante disso, o objetivo deste relato é refletir sobre práticas desenvolvidas no AEE, da Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, destacando sua contribuição para o processo de inclusão escolar, bem como os avanços e desafios presentes nesse contexto. Especificamente, pretende-se: descrever a estrutura e organização das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), observar as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores; compreender a interação entre os profissionais da escola e as famílias; e refletir sobre os impactos dessas ações no desenvolvimento dos estudantes.

A experiência foi desenvolvida a partir de duas visitas técnicas realizadas nos dias 19 de fevereiro e 9 de março de 2026, na Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, localizada na região central do município de Palmas – TO. A unidade atende estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com um total de 44 turmas e mais de mil alunos matriculados, dentre os quais 179 pertencem ao público da Educação Especial, incluindo estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. A escola dispõe de cinco Salas de Recursos Multifuncionais, onde são ofertados os atendimentos do AEE, organizados em dez turmas.

No que se refere à estrutura física, a instituição apresenta condições adequadas de funcionamento, com salas de aula organizadas, biblioteca, pátio e banheiros adaptados. As SRM destacam-se por serem ambientes amplos, acolhedores e bem equipados, contando com recursos pedagógicos diversificados e tecnologias assistivas. Um diferencial importante é a organização desses espaços em salas tipo contêiner, climatizadas e inseridas

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

em um ambiente arborizado, o que contribui para um clima favorável ao atendimento dos estudantes.

Outro aspecto relevante observado foi a atuação comprometida dos profissionais, marcada pelo acolhimento, pela escuta sensível e pela construção de vínculos afetivos. A presença de professores com deficiência na equipe reforça a importância da representatividade e da valorização das potencialidades humanas no espaço escolar. Além disso, a articulação entre os diferentes setores da escola e a participação das famílias evidenciam uma perspectiva colaborativa na construção de práticas inclusivas.

Assim, a experiência aqui relatada se delimita temporalmente ao período das visitas realizadas e especialmente ao contexto da referida unidade escolar, constituindo-se como uma oportunidade de análise e reflexão sobre os caminhos e desafios da educação inclusiva na escola pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva, compreendida como direito fundamental, está alicerçada em princípios que reconhecem a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo. Além de reconhecer as diferenças e as suas necessidades específicas de acesso e interação que requer uma interconexão tríade, consigo mesmo, com o outro ou os outros e com o ambiente tanto natural quanto o ambiente artificial, ou seja, uma formação integral do sujeito e que seja garantida para todos.

A partir desse olhar de conexão, é possível perceber a necessidade da construção de práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas que vão além do cumprimento de protocolos, mas que caminhe por uma formação do sujeito integrada e inclusiva, a qual requer não apenas mudanças estruturais, mas, sobretudo, transformações nas concepções de ensino, aprendizagem e sujeito. A fundamentação teórica deste trabalho dialoga com autores como Freire (2014), Caliman (2011) e Mantoan (2003), além de documentos legais que orientam a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, a Política

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto Federal nº 12.686 de 2025.

A perspectiva freireana (Freire, 2014), contribui significativamente para a compreensão da educação inclusiva ao defender uma prática pedagógica baseada no respeito à 2014autonomia, à dignidade e à singularidade dos sujeitos. Para Freire (2014), ensinar exige o reconhecimento do educando como sujeito histórico, dotado de saberes e experiências que devem ser valorizados no processo educativo. Nessa direção, a inclusão não se limita à presença física do estudante na escola, mas implica a construção de condições efetivas de participação e aprendizagem. A pedagogia freriana (Freire, 2014) propõe uma educação dialógica, em que o acolhimento, a escuta e a valorização das diferenças são elementos centrais, rompendo com práticas excludentes e homogêneas.

Complementando essa discussão, Caliman (2011), ao tratar da educação social, destaca que a escola desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão ao reconhecer e valorizar a diversidade presente em seu contexto. Para o autor, a educação deve ser entendida como prática social que contribui para a construção de vínculos, o fortalecimento da participação e o desenvolvimento integral dos sujeitos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. Assim, a inclusão escolar requer ações coletivas e colaborativas, envolvendo não apenas professores, mas toda a comunidade escolar, incluindo famílias e demais profissionais.

No campo específico da educação especial na perspectiva inclusiva, Mantoan (2003) é uma das principais referências teóricas no Brasil. A autora defende que a inclusão implica a transformação da escola para atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições, rompendo com modelos segregadores e práticas que reforçam a exclusão. Para Mantoan (2003), a escola inclusiva deve se organizar a partir das diferenças, e não apesar delas, promovendo estratégias pedagógicas que considerem as necessidades específicas de cada estudante. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel fundamental ao oferecer suporte

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

complementar e suplementar ao ensino regular, contribuindo para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação.

No âmbito legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 58, que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso, a permanência e o sucesso escolar. A LDB (Brasil, 1996), reforça a necessidade de adaptação curricular, formação de professores e oferta de recursos e serviços que assegurem a inclusão educacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, orienta a organização dos currículos escolares com base no desenvolvimento de competências e habilidades, destacando a importância da equidade e da inclusão. O documento reconhece a diversidade dos estudantes e enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças, promovendo a participação de todos no processo de aprendizagem. A BNCC também reforça o compromisso com a construção de uma educação que valorize os direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) constitui um marco importante ao afirmar que todos os estudantes devem aprender juntos, nas escolas comuns, cabendo ao sistema educacional garantir os recursos necessários para o atendimento às especificidades. Essa política orienta a implementação do AEE como serviço complementar, realizado, preferencialmente, em Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de promover a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes, público da educação especial.

Recentemente, o Decreto Federal nº 12.686 (Brasil, 2025), reforça o compromisso do Estado com a promoção da acessibilidade e da inclusão, estabelecendo diretrizes para a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais nos diferentes espaços sociais, incluindo a escola. O decreto evidencia que a acessibilidade é condição indispensável para o exercício pleno

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

da cidadania, devendo ser assegurada por meio de políticas públicas integradas e ações articuladas entre diferentes setores.

Dessa forma, a articulação entre os referenciais teóricos e os dispositivos legais evidencia que a educação inclusiva é um processo complexo, que exige mudanças estruturais, pedagógicas e culturais. A experiência relatada neste trabalho encontra respaldo nessas concepções, ao evidenciar práticas pautadas no acolhimento, na escuta sensível, na valorização das singularidades e na busca pela superação das barreiras que dificultam a aprendizagem. Assim, compreender a inclusão como compromisso coletivo e permanente é fundamental para a construção de uma escola mais justa, democrática e acessível a todos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e observacional, a partir de duas visitas técnicas realizadas na Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, de Ensino Fundamental, localizada na região central de Palmas – TO, nos dias 19 de fevereiro e 9 de março de 2026. O contexto investigado compreende uma instituição com 44 turmas ativas e mais de mil estudantes matriculados, incluindo 179 pertencentes ao público da Educação Especial, caracterizado por estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

O foco da observação concentrou-se nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), espaços destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), organizados em dez turmas. Esses ambientes apresentam estrutura adequada, sendo amplos, climatizados, acolhedores e equipados com diversos recursos de acessibilidade, como materiais pedagógicos adaptados, jogos, brinquedos, alfabeto móvel, recursos audiovisuais, computadores, além de mobiliário adequado e banheiro adaptado. Destaca-se ainda a organização desses espaços em salas tipo contêiner, inseridas em ambiente arborizado, o que favorece o acolhimento e o bem-estar dos estudantes.

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

O público-alvo da experiência incluiu estudantes atendidos no AEE, professores especializados e equipe escolar. As estratégias metodológicas envolveram entrevista ao professor da SRM, observação direta das práticas pedagógicas, acompanhamento de atendimentos individualizados e análise das interações entre professores, estudantes e famílias.

O planejamento das atividades no AEE é realizado com base na análise de laudos e em anamneses conduzidas com as famílias, permitindo identificar necessidades específicas e potencialidades dos estudantes.

As etapas desenvolvidas incluíram a recepção dos estudantes com práticas de acolhimento, o desenvolvimento de atividades pedagógicas individualizadas e o acompanhamento de situações de interação e comportamento. Entre as estratégias inclusivas adotadas, destacam-se o uso de atividades lúdicas, jogos pedagógicos, montagem de quebra-cabeças, utilização de recursos visuais e práticas voltadas ao desenvolvimento da comunicação e da autonomia. Observou-se, ainda, a construção de vínculos afetivos como elemento central para o processo de inclusão, bem como a articulação entre o AEE e o ensino regular.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação colaborativa da equipe escolar e à participação das famílias, que contribuem para o fortalecimento das práticas inclusivas. A instituição também conta com um sistema interno de compartilhamento de informações dos estudantes com deficiência, facilitando o acompanhamento pedagógico e a tomada de decisões.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A experiência possibilitou analisar, de forma concreta que as ações dos professores da SRM da Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, favorecem a inclusão escolar. Observou-se que práticas pedagógicas pautadas no acolhimento, na escuta sensível e na valorização das singularidades contribuem significativamente para o desenvolvimento dos estudantes, especialmente no que se refere à socialização, à comunicação e à autonomia.

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Um dos resultados mais expressivos foi identificado no acompanhamento de um estudante com transtorno do espectro autista, que apresentou avanços importantes em seu comportamento e em suas habilidades comunicativas, passando de um quadro de pouca interação para a realização de atividades estruturadas e início da linguagem oral. Esse progresso evidencia a eficácia de intervenções planejadas e adaptadas às necessidades individuais.

Além disso, verificou-se que o ambiente do AEE favorece a expressão das potencialidades dos estudantes, proporcionando condições que, muitas vezes, não são plenamente possíveis na sala regular devido ao número elevado de alunos. A atuação integrada da equipe escolar e o envolvimento das famílias também se mostraram fatores determinantes para o sucesso das práticas inclusivas.

Por outro lado, a experiência evidenciou desafios ainda presentes, como a necessidade de ampliação de equipes multiprofissionais, a superação de barreiras atitudinais e a melhoria das condições estruturais em alguns aspectos. Tais fatores impactam diretamente na efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada evidencia avanços significativos no campo da educação inclusiva, especialmente no que se refere à organização e ao funcionamento do Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, como espaço de acolhimento, mediação pedagógica e desenvolvimento integral dos estudantes. As práticas observadas demonstram que a inclusão se concretiza por meio de ações intencionais, fundamentadas no respeito às diferenças e na valorização das potencialidades de cada sujeito.

Entretanto, também se destacam desafios que demandam atenção contínua, como a necessidade de investimentos na formação docente, na melhoria da estrutura física das escolas e na ampliação de equipes multiprofissionais capazes de atender às demandas específicas dos estudantes.

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032239, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2239 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Tais aspectos são fundamentais para a consolidação de práticas inclusivas efetivas no cotidiano escolar.

Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva é um processo coletivo, que exige o envolvimento de toda a sociedade, não podendo ser atribuída exclusivamente à escola. Conforme destaca Caliman (2011), a educação desempenha papel essencial, mas não suficiente, na promoção da inclusão social, sendo necessário o fortalecimento de políticas públicas e ações intersetoriais.

Dessa forma, reforça-se a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e a equidade, bem como a necessidade de continuidade e replicação de experiências exitosas como esta, que contribuem para a construção de uma escola mais justa, democrática e acessível a todos.

Para tanto, a experiência vivenciada aponta para uma direção que exige investigação mais aprofundada, visando à construção de caminhos de descoberta e compreensão de um contexto complexo e dinâmico, em um cenário multidimensional e multirreferencial, que sustente uma educação inclusiva e transformadora, capaz de promover a formação integral do sujeito e prepará-lo para a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 19 de março de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso

em: 20 mar. 2026.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. In: SILVA, R. et al. (org.). **Pedagogia Social**: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social. São Paulo: Expressão e Arte, 2011, pp. 236-259. [ISBN 9788579350306]

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).